

# Avaliação do desempenho do docente com a participação do corpo discente no ensino superior

*Reflexões que visam a transformação do ambiente de aprendizagem em um espaço dinâmico, participativo, que leve à uma prática pedagógica libertadora.*

Regina Maria Tolesano Loureiro\*, Nemre Adas Saliba\*\*, Suzely Adas Saliba Moimaz\*\*\*, Rosana Ono\*\*\*\*

\* Professora Doutora Titular da Área de Odontologia Social e Preventiva da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: [reginatolesano@foufu.ufu.br](mailto:reginatolesano@foufu.ufu.br).

\*\* Professora Titular do Departamento de Odontologia Infantil e Social da Faculdade de Odontologia de Araçatuba da Universidade Estadual Paulista.

\*\*\* Professora Adjunta do Departamento de Odontologia Infantil e Social da Faculdade de Odontologia de Araçatuba da Universidade Estadual Paulista.

\*\*\*\* Professora Adjunta da Área de Odontologia Social e Preventiva da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia.

## RESUMO

Em todos os setores da educação há necessidade de avaliações. Os acadêmicos são constantemente avaliados e aferidos pelo corpo docente; porém, os professores nem sempre são submetidos ao mesmo processo. O objetivo deste trabalho é analisar fatores importantes do processo de avaliação no ensino superior. Os saberes pedagógicos, em si, não modificam a ação de educar, não geram novas práticas. As avaliações devem basear-se nas competências, habilidades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos, tendo como referência as diretrizes curriculares, e sempre considerar: Para quê? O quê? Como? Quem? Cabe destacar a importância sistemática de um instrumento de avaliação, assim como a relevância da coleta de opinião dos acadêmicos, uma vez que estes são os sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem.

## DESCRITORES

Educação superior. Docentes de odontologia/normas. Avaliação institucional.

**A** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor (Lei 9.394/96) estabelece a avaliação como instrumento de decisão e de ações, visando a melhoria da qualidade da Educação Nacional e, em particular, do Ensino Superior. Essa lei está amparada nos princípios da Constituição Cidadã de 1968 (artigos 206 e 209) e determina que todo o ensino deve ser ministrado com base no princípio da garantia de padrão de qualidade, entre outros princípios<sup>1</sup>.

O Artigo 9º da LDB, quando se refere ao ensino superior, diz que cabe à União:

“Inciso VII – assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Ensino Superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre o nível de ensino; Inciso IX – avaliar os cursos das Instituições de Ensino Superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino”<sup>2</sup>.

Segundo Consolaro<sup>5</sup> (2002), a tendência em desenvolver uma atividade avaliativa parte do contexto individual para o coletivo. O docente é a unidade

básica da produção científica, nada mais natural do que iniciar o processo avaliativo com a verificação da produção individual; porém, a pontuação dos indivíduos por si só não consegue gerar parâmetros de referência, válidos para mensurar o desempenho da coletividade.

No planejamento didático, a avaliação constitui sua última etapa, ou seja, uma visão atual de avaliar o que se ensinou.

Este trabalho tem o propósito de fazer algumas reflexões sobre a avaliação do professor pelo aluno nas Instituições de Ensino Superior, numa tentativa de ressaltar a importância e necessidade da avaliação, para que ocorra a transformação do ambiente de aprendizagem em um espaço dinâmico, participativo, que leve a uma prática pedagógica libertadora.

### PARA QUE AVALIAR?

Conforme relataram Nicodemo *et al.*<sup>7</sup> (2001), a avaliação é um processo contínuo de pesquisas que visa identificar os conhecimentos, as habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos. Ela gera condições de decidir sobre alternativas no planejamento e na execução do trabalho do professor, e da instituição como um todo. Quando se questiona “o para que avaliar”, e o que aprenderam os alunos, têm-se respostas puras e simples.

Segundo Strehl, Santos<sup>9</sup> (2002), com o atual desenvolvimento tecnológico, o acesso a dados e bibliotecas encontra-se irrestrito e deve-se ensinar onde está a informação, como resgatá-la, como manipulá-la e utilizá-la adequadamente na área de conhecimento. Através de avaliações de desempenhos individuais de instituições, comparam-se áreas de conhecimentos distintas, o que gera medidores incapazes de serem objetivos ao progresso das instituições. Embora a base de dados continue sendo a pontuação dos docentes, vários indicadores criativos foram estabelecidos para que se consiga pelo menos inferir o desempenho da instituição.

Na avaliação, é imprescindível observar se os alunos aprenderam e adquiriram habilidades que irão auxiliá-los no seu cotidiano, educando-os para o mundo. Se, por exemplo, uma prova dissertativa for aplicada sem qualquer comunicação, o professor certamente estará querendo avaliar a capacidade de memorização de seus alunos. O professor não tem costume de realizar avaliações com ênfase na prática diária. O discente deverá aprender onde buscar o conhecimento, as alternativas; deve ser induzido ao raciocínio e à busca do aprendizado quando necessá-

rio. Ao computador foi reservada a missão de armazenar informações, ao cérebro, devemos dar funções mais nobres, como amor, lazer, raciocínio, reflexão, dedução, criatividade e solidariedade<sup>5</sup>.

### O QUE AVALIAR?

Uma avaliação tem como objetivo básico um processo contínuo durante todo o desenrolar da disciplina ou do curso, permitindo diagnosticar e controlar o processo ensino-aprendizagem, redirecionando-o quando necessário, e detectar necessidades de mudanças, devendo propiciar ao docente uma verdadeira retro-alimentação<sup>10</sup>.

Para tanto, deve-se considerar<sup>5,6</sup>:

- Avaliação não é sinônimo de julgamento: está voltada para o desempenho e não para a pessoa do aluno. Um julgamento inadequado e incorreto está em expressões como: alunos julgados “sérios” têm garantia antecipada de aprovação, ou alunos julgados “malandros”, que “não querem nada com nada”, devem se esforçar para passar porque serão colocadas dificuldades em seu caminho.
- Coerência com os objetivos: principalmente com os propostos pelo planejamento didático (processo pedagógico apresentado); deve haver coerência entre o proposto e o exigido.
- Explicitação de critérios: não mudar regras no meio do caminho, cumprir com o textualizado no roteiro e o explicitado no início da disciplina. Os critérios e objetivos da avaliação de cada item ou atividade deverão ficar bem claros; o docente tira dúvidas sempre, se possível, com antecedência.
- Evitar pegadas: o discente não é nosso concorrente ou adversário, as perguntas devem induzi-lo a pensar e levar ao raciocínio, testando seus conhecimentos.
- Evitar o uso de palavras desconhecidas, não explicadas ou não utilizadas durante as aulas.
- Distribuição no interesse: adequar os questionamentos com o conteúdo programático sem exigir coisas absurdas, obscuras ou não valorizadas nas aulas.
- Testes: o raciocínio tende a ser direto e o discente não desenvolve o senso de comunicação e organização.
- Questões dissertativas: avaliam, além do conhecimento, a forma de expressão, a habilidade de escrever e o senso de organização do aluno. Com questões formuladas com clareza, o discente demonstra sua habilidade mental comentando, diferenciando e sintetizando conceitos e argumen-

tando sobre estes, o que exige raciocínio e aplicação prática de conhecimento.

- Momento da avaliação: a avaliação representa um processo contínuo e apresenta-se sob variados modelos, podendo ser diária, por unidade de ensino, mensal ou bimestral. A modalidade depende muito das regras da instituição, da carga horária, da distribuição do tempo da carga horária, do conteúdo programático e da complexidade deste.

## COMO AVALIAR?

E o lado inverso? E a avaliação dos professores pelos alunos? Como é vista? Como se realiza?

Para Perri de Carvalho<sup>8</sup> (2001), essa prática tem-se popularizado, porém não é um procedimento uniforme na maioria das instituições de ensino superior. No entanto, em muitos casos, essa atividade parte do docente, individualmente, ou da disciplina, quando há comprometimento em ter essa retro-alimentação para futuros acertos.

No processo de avaliação, Consolaro<sup>5</sup> (2002) enfatiza que alguns cuidados deverão ser tomados, principalmente com o momento da avaliação, pois, às vezes, ela até é realizada, porém pouco explorada e esquecida. Na literatura específica sobre o assunto, alguns autores destacam que após o término do curso pode não ser o momento mais adequado; a tensão das provas finais pode influenciar fortemente nessa avaliação do professor e da sua disciplina. O início do próximo ano letivo seria o momento ideal, ou o primeiro momento, e o final do curso de graduação, um segundo momento muito interessante, pois a visão do conjunto avalia melhor o desempenho do docente. Erros comuns acontecem também quando os discentes são levados a avaliar docentes que não ministraram as disciplinas.

Nesse sentido, o planejamento ou plano de ensino pode ser considerado um verdadeiro contato de convivência entre instituição, docentes e discentes. Ao docente resta aplicar suas habilidades didáticas, humanitárias, pessoais e sociais no relacionamento com discentes visando atingir o sucesso<sup>4</sup>.

De acordo com Carvalho, Cormack<sup>3</sup> (2002), por maior que seja – ou mais primária – a elaboração de uma avaliação do docente pelo discente, independentemente do momento em que esta seja feita, ela induz reflexões e melhorias no desempenho do docente para as próximas turmas, bem como o crescimento de sua instituição.

Avaliação e planejamento são dois processos interligados na busca da qualidade dos “produtos” e de aperfeiçoamento dos processos. Não há como abrir

mão da avaliação, seja ela qual for, pois sendo parte significativa das ações, permite intervenções corretivas, não punitivas, sem interrupções. Sendo assim, a avaliação discente surge como oportunidade de desvendar os pontos fortes e fracos do professor e/ou da disciplina avaliada para, com segurança, serem feitas intervenções e mudanças onde se fizer necessário.

## QUEM DEVE AVALIAR?

Para Xavier<sup>11</sup> (2003), a avaliação contribui para a valorização dos recursos humanos na medida em que participa da capacitação/instrumentação dos docentes e da melhoria de desempenho na prática pedagógica.

Segundo Juliatto<sup>6</sup> (1987), deve-se dar bastante importância ao fator humano ao se implantar qualquer processo de avaliação. Muitas iniciativas são mal sucedidas, não por razões técnicas, mas por fatores humanos e políticos. As pessoas envolvidas poderão ver a avaliação como uma ameaça. Ela sempre traz promessas e ameaças e ambas são essenciais para o seu êxito. Se ninguém se sentir ameaçado, a avaliação certamente não é suficientemente penetrante. Se não acenar para nenhuma perspectiva de mudança para melhor, é um gasto inútil.

Para Ceccon<sup>4</sup> (2000), algumas condições são básicas para assegurar o êxito do processo de avaliação:

- a preparação do ambiente para a implantação do programa;
- a promoção do envolvimento e da participação dos discentes;
- a garantia de credibilidade pela elaboração de um projeto de qualidade e pela condução aberta do processo;
- a existência de uma liderança sensível e firme na condução do processo.

Dessa forma, Carvalho, Cormack<sup>3</sup> (2002) afirmam que os educadores precisam incentivar uma discussão sobre a construção e implementação de programas de avaliação (discente-docente e docente-discente) capazes de contribuir com a melhoria da qualidade de ensino, considerando a comunidade acadêmica, constituída por atores sociais igualmente importantes na discussão desse projeto de avaliação.

A sociedade carece de uma cultura de avaliação, e muitos programas presentes na comunidade acadêmica ainda persistem na definição de procedimentos profissionais como os de gestão das unidades de ensino, subestimando-se o caráter essencial do programa, que é o de enfatizar a discussão como função essencial da avaliação.

Segundo Arcieri<sup>1</sup> (2000), a avaliação dos professores assenta-se tanto sobre o objetivo referente a melhorar o desempenho do corpo docente – “função formativa” – como sobre o objetivo de ajudar a tomar decisões eqüitativas e eficientes com referência ao corpo docente – “função somativa”.

A avaliação docente, de acordo com Arcieri<sup>1</sup> (2000), centra-se em discutir alguns aspectos que merecem destaque:

- A importância do aluno no processo, mesmo que os objetivos da avaliação sejam, ainda, o centro da discussão, em função formativa.
- Considerar que o processo de avaliação deve contar com múltiplas fontes de informação.
- Considerar que a instalação de uma cultura de avaliação depende de um clima organizacional participativo.

## CONCLUSÃO

A maior aspiração do ensino atualmente é a formação de profissionais competentes, não só no âmbito científico, mas também com uma postura ética. A avaliação do professor pelo aluno permite conhecer, sob a óptica destes, os atributos do bom professor. Sabe-se que barreiras no relacionamento entre professores e alunos não podem ser percebidas em estudos sobre o assunto mas nas respostas das avaliações realizadas em disciplinas isoladas.

Planejar e avaliar o ensino são tarefas árduas, porque implicam tomada de decisão, disposição para transformar, compromisso com o aprendizado do aluno. Portanto, o educador deve estar preparado, e sua formação deve ser voltada para a compreensão do processo ensino-aprendizagem.

Este tema deve merecer reflexões e maiores estudos, pois existe uma diferença entre o “desejar” e o “querer”. O desejo mede obstáculos, a vontade vence-os.

## ABSTRACT

### Evaluation of the higher education professor's performance with the participation of students

In all education areas there is the need for evaluation. Students are constantly evaluated and checked by faculty whereas professors are not always submitted to the same process. The aim of this work was to analyse important factors in the evaluation process in

higher education. The pedagogical knowledge itself does not modify the act of educating, and does not bring about new practices. The evaluation process must be based on competence, skills, and on the developed curricular contents having as reference the curricular guidelines. While evaluating, we must always consider the questions: What? What for? How? Who? The systematic importance of an evaluation instrument should be pointed out, as well as the relevance of collecting the students' opinion, since they are active subjects in the teaching-learning process.

## DESCRIPTORS

Education, higher. Faculty, dental/standards. Institutional evaluation. ■

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Arcieri RM. Perfil profissional do professor cirurgião-dentista da Faculdade de Odontologia de Araçatuba da UNESP – 1998 [Tese de Doutorado]. Araçatuba: Faculdade de Odontologia de Araçatuba da UNESP; 2000.
2. Brasil. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
3. Carvalho Z, Cormack E. Auto-avaliação institucional discente da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. *In: XXXVII Reunião Anual da ABENO: 2002; Teresópolis. Anais. Revista da ABENO 2002;2(1):16.*
4. Ceccon MF. A Odontologia em Prova. *Rev Assoc Paul Cir Dent 2000;34(5):353-63.*
5. Consolaro A. O “Ser” Professor: arte e ciência no ensinar e aprender. 3ª ed. Maringá: Dental Press; 2002.
6. Juliatto CI. Avaliação das Instituições Universitárias. *Dois Pontos 1987. Ed. Especial, n. 38.*
7. Nicodemo D, Balducci I, Naressi SCM, Molina VLI. Avaliação do Ensino Odontológico: um estudo exploratório sobre as opiniões do alunado. *Odontologia e Sociedade 2001;3(1/2):21-6.*
8. Perri de Carvalho AC. Ensino da Odontologia em tempos da L.D.B. Canoas: ULBRA; 2001.
9. Strehl L, Santos CA. Indicadores de qualidade da atividade científica. *Ciência Hoje 2002;31:34-9.*
10. Unopar. Avaliação Institucional [acesso 24 fev 2003]. Disponível em: <http://www2.unopar.br>.
11. Xavier C. Pós-Graduação: pensamento e ação integrados para a consolidação do SUS. *Radis 2003;7:10-5.*

Acceto para publicação em 09/2005